

## TRABALHOS E TRABALHADORES EM TEMPOS E ESPAÇOS

LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 440 p.

Publicado originalmente em 2000, *A hidra de muitas cabeças* (*The Many-Headed Hydra*) brinda o leitor brasileiro com o melhor da tradição da História Social inglesa. Linebaugh e Rediker são sucessores geracionais de E. P. Thompson (1924-1993), um historiador de grande envergadura, cuja obra e cuja postura política exerceram e ainda exercem profunda influência sobre intelectuais de diferentes países. Entre os estudiosos brasileiros, essa influência pode ser constatada em temas relevantes da história do mundo do trabalho. Basta ler alguns dos estudos mais significativos sobre a escravidão e a organização do movimento operário, escritos desde meados da década de 1980 – tempo de delicadas transformações políticas pós-ditadura militar. O legado de autores como Thompson, Eric Hobsbawm e Christopher Hill é o da defesa de que os agentes históricos constroem suas trajetórias no embate contra seus oponentes sociais e a partir de suas próprias experiências, mesmo quando as

estruturas parecem dominar todas as instâncias da vida – ontem o capital fabril, hoje o capital volátil dos investimentos especulativos, que leva países a enfrentar imensas dificuldades financeiras.

Linebaugh já havia feito a cabeça de historiadores no Brasil desde que foi publicada, em 1983, na Revista Brasileira de História, a tradução de seu polêmico artigo “Todas as montanhas atlânticas estremeçeram” e do debate que se seguiu. Igualmente impactante fora a publicação de *Albion’s Fatal Tree: Crime and Society in Eighteenth-Century England* (Londres: Pantheon Press, 1975), editada por Linebaugh, Thompson – seu orientador na universidade inglesa de Warwick – e Doug Hay.

Já os escritos de Rediker são menos conhecidos do leitor brasileiro. Além do primoroso artigo “Good Hands, Stout Heart, and Fast Feet: The History and Culture of Working People in Early America”, publicado na revista canadense *Labour/Le Travailleur* em

1982, seu trabalho mais conhecido, até a publicação da *Hidra*, era *Between the Devil and the Deep Blue Sea: Merchant Seamen, Pirates, and the Anglo-American Maritime World, 1700-1750* (Nova York: Cambridge University Press, 1989), com tradução prevista para breve.

O trabalho dos dois historiadores, agora traduzido, representa o encontro da historiografia sobre duas partes do mundo que poucas vezes dialogam como deveriam. O conhecimento de Linebaugh sobre a história da Inglaterra e o de Rediker sobre a história da América do Norte e do mundo marítimo na Idade Moderna têm seu ponto de união no Atlântico – oceano que, como os autores fazem questão de frisar, banha também a África.

As lutas pela construção da liberdade como ideal e realidade social formaram a base comum de onde os dois historiadores partiram para sua empreitada a quatro mãos. Essas lutas podem ser observadas em campos diversos, como a pirataria, as armadas inglesa e norte-americana e o tráfico de africanos entre o século XVII e os primeiros anos do XIX. A história vista “de baixo” é o que mobiliza os autores na direção de uma densa pesquisa empírica e de um apaixonado e corajoso debate historiográfico com seus pares – como disse anteriormente, na melhor tradição da História Social inglesa.

Os séculos apresentados no livro, particularmente o XVII, nada têm de modorrentos e a alusão à hidra de Lerna e ao trabalho de Hércules em destruí-la não é casual. Tratava-se, inicialmente, de uma metáfora política fartamente utilizada pelos governantes europeus daquele período, ao se referirem à dificuldade em administrar o trabalho de homens e mulheres em três continentes e em um vasto oceano, transportando-os de um lado para o outro e obrigando-os a produzir riquezas compulsoriamente para o enriquecimento de Coroas, governos e burgueses. Cada cabeça da Hidra representava uma forma cambiante de resistência por parte de “plebeus esbulhados, delinquentes deportados, serviçais contratados, extremistas religiosos, piratas, operários urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos”.

Mais tarde, na década radical de 1790, os trabalhadores que iniciavam sua organização passaram a traçar uma analogia entre a Hidra e os governantes tiranos e entre os próprios trabalhadores e o Hércules mitológico. Símbolos, portanto, são sempre passíveis de ressignificações. O combate eficaz ao radicalismo nessa mesma década teria resultado na criação do racismo como conceito biológico e da classe como categoria política e econômica, definida apenas no interior de fronteiras nacionais.

Para Linebaugh e Rediker, a história

do capitalismo em formação não é apenas a história da economia política e da concentração da riqueza nas mãos de uma classe social, mas também da economia moral, da resistência ao processo de exclusão e de submissão ao trabalho compulsório, levado a cabo por grupos sociais não conformistas, ainda que não necessariamente articulados entre si.

Foi em nome da cautela que usei a expressão “grupos sociais”. Os autores, destemidos, os chamam de proletários, sem receio de incorrer no pecado do anacronismo. Proletários, no rigor marxista, são os trabalhadores explorados no sistema de fábricas. Mas as analogias operadas por Linebaugh e Rediker, nesta e em obras anteriores, os deixam à vontade para aprofundar o uso dos termos “proletários” e “proletariado” e estendê-los a todos os trabalhadores espoliados desde o início dos tempos modernos, inclusive os escravos. O isolamento, a rígida hierarquia, a necessidade de coordenar seus movimentos em conjunto e o lidar com a tecnologia aproximavam os trabalhadores marítimos dos fabris, permitindo a aproximação e a comparação de suas experiências. Nove capítulos e uma conclusão com estatura de capítulo compõem a obra. Ao longo do texto, vemos surgir variadas tentativas, com maior ou menor êxito, de impor a disciplinarização aos proletários. Essas tentativas foram construídas em um processo histórico

que, a princípio, não tinha vencedores. Da mesma maneira que governos e proprietários do capital tentavam impor a ordem, os proletários de diferentes cores e lugares resistiam. Também a resistência é apresentada como um processo historicamente construído por sujeitos sociais, cujas histórias ficaram obscurecidas.

Os capítulos permitem (re)ver os principais temas da Era Moderna como produtos de relações, não de coincidências. Entre muitos outros, podem ser citados: a produção da figura do “vadio” a partir da legislação inglesa; a repressão à feitiçaria; o cercamento das terras, que antecedeu à implantação das primeiras fábricas; a expropriação do que era de uso comum em nome da concentração da riqueza na Europa, no Caribe, na América e na África; o início do tráfico de escravos africanos; o sentido da colonização da América (do Norte, neste caso) articulado ao processo de expropriação e da repressão à “vadiagem” na Europa e à escravização de africanos; a visão dos indígenas americanos e seu impacto sobre os europeus, a partir da comparação dos modos de vida de uns e outros; as utopias e as perspectivas de liberdade, elaboradas por trabalhadores levados à força para o outro lado do oceano, vindos da Europa e da África.

Os autores usam o termo “proletariado” com relativa tranquilidade. Fa-

zem o mesmo com a palavra “escravidão”, entendida como sinônimo de trabalho compulsório de diferentes tipos. Todos os processos esmiuçados no livro levam à construção de uma narrativa que explica um processo histórico no qual era preciso justificar e sustentar as várias formas de expropriação. Ao mesmo tempo, todas essas iniciativas encontraram barreiras, sob os véus da cooperação e da auto-organização dos expropriados, realimentando o medo das classes dominantes e a invenção de novos métodos de expropriação e de novas formas de se contrapor a eles. Assim, o jogo nunca termina.

A Revolução Inglesa, que marcou o século XVII, nos é apresentada sob forte influência da obra de Hill. Embora os ideais radicais expressados nos debates de Putney tenham sido sufocados pela ação de Cromwell, não se perderam por completo. Foram retomados tanto na Europa como em outros territórios banhados pelo Atlântico, em tempos cronologicamente próximos e em ressonâncias tão ulteriores como no pan-africanis-

mo de meados do século XX, no inventário das diferentes formas de mobilização em torno da liberdade na história mundial feito pelos autores. Novamente, enfatiza-se a noção da História como processo: a Revolução poderia ter tido um desfecho diferente, e observá-la “de baixo” requer considerar dinâmicas de raça, classe e gênero para entender a derrota dos projetos dos expropriados. Caso contrário, corremos o risco de limitar nossa compreensão ao tradicional e cansado âmbito das biografias de personalidades (ou celebridades, um termo mais usual nos dias de hoje) e das histórias dos ilustres condutores dos povos – reis, ministros, presidentes, generais e coisas que os valham.

Aos leitores brasileiros, especialmente aos jovens estudantes de Ciências Sociais e História, fica o convite para a leitura de uma obra que une rigor de pensamento, pesquisa alentada e narrativa prazerosa e bem elaborada. É de leituras inspiradoras como essa que emergem ideias e estímulos a novos e necessários estudos sobre o trabalho e os trabalhadores em tempos e espaços variados.

*Jaime Rodrigues\**

Professor de História do Brasil  
na Unifesp

---

\* Autor dos livros *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780 a 1860* (Companhia das Letras, 2005) e *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850* (Ed. da Unicamp, 2000) e organizador de *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre história e memória*. São Paulo: Editora Unifesp, 2008.